



BOLETIM TRIMESTRAL DE INDICADORES DO TRABALHO

Nº 01/2021 Período de referência: 1º trimestre de 2021

Carlos Moisés da Silva
Governador do Estado de Santa Catarina

Luciano José Buligon
Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável

Diego Goulart
Diretor de Desenvolvimento de Emprego e Renda

Ricardo Amorim
Gerente de Políticas de Emprego e Ocupação

Elaboração:

Dr. Leandro Santos, Sociólogo
Dr. Pietro Caldeirini Aruto, Economista

Florianópolis, 27 de maio de 2021



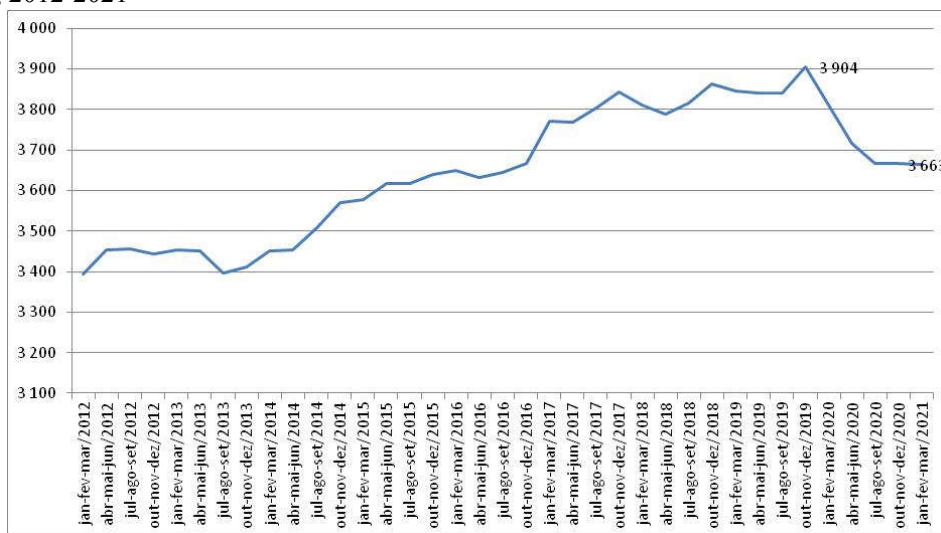
INTRODUÇÃO

O Boletim Trimestral de Indicadores do Trabalho é uma publicação periódica da Diretoria de Emprego e Renda (DIER/SDE) no qual se apresenta a evolução dos principais indicadores do mercado laboral em Santa Catarina. O objetivo é oferecer um instrumento sintético de monitoramento das condições do mercado de trabalho para subsidiar a reflexão e a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas de trabalho e desenvolvimento econômico no Estado. A base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar Contínua – PNADC, divulgada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Força de trabalho: classifica-se como força de trabalho o conjunto das pessoas ocupadas e desocupadas no período de referência.

Conforme dados da última PNADC/IBGE, a força de trabalho em Santa Catarina está estimada em 3,663 milhões de pessoas. Na comparação com o trimestre anterior (out./nov./dez. 2020), houve uma pequena redução (variação de -0,1%, em consequência da saída de 3 mil pessoas). Por sua vez, na comparação com igual trimestre do ano anterior (jan./fev./mar. 2020), a redução da força de trabalho foi maior (variação de -3,9%, em decorrência da saída de 148 mil pessoas).

Gráfico 1: Pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho (em milhares), por trimestre - SC, 2012-2021



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

População ocupada: Classificam-se como ocupadas as pessoas que, no período, trabalharam pelo menos 1 hora completa em trabalho remunerado ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), em trabalho sem remuneração direta ou as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas. As **posições na ocupação** classificam-se em: empregado, empregador, conta própria e trabalhador familiar auxiliar. A **categoria da ocupação** se refere ao enquadramento legal dessas posições, tais como: empregado com ou sem carteira de trabalho assinada, regime estatutário, empregador e conta própria com ou sem CNPJ.

De acordo com a PNADC/IBGE, em Santa Catarina a população ocupada soma 3,435 milhões de pessoas, o que representou uma variação de -1% em relação ao trimestre anterior e de -4,5% na comparação com o mesmo trimestre do ano passado.

A tabela 1 abaixo apresenta as estimativas e variações segundo as categorias de ocupação.

Tabela 1: Ocupadas por posição na ocupação, setor e categoria do emprego no trabalho principal – SC, 1º e 4º trimestre de 2020 e 1º trimestre de 2021

| Indicadores | Estimativas dos trimestres | | | Variação em relação ao trimestre out-nov-dez/2020 | | Variação em relação ao trimestre jan-fev-mar/2020 | |
|---|----------------------------|------------------|------------------|---|------|---|-------|
| | jan-fev-mar 2020 | out-nov-dez 2020 | jan-fev-mar 2021 | Diferença | VAR% | Diferença | VAR% |
| Empregado | 2.498 | 2.323 | 2.278 | -45 | -1,9 | -220 | -8,8 |
| Setor privado (exclusive trabalhador doméstico) | 1.954 | 1.796 | 1.737 | -60 | -3,3 | -217 | -11,1 |
| Com carteira | 1.736 | 1.579 | 1.536 | -43 | -2,7 | -200 | -11,5 |
| Sem carteira | 218 | 217 | 200 | -17 | -7,6 | -17 | -8,0 |
| Trabalhador doméstico | 178 | 139 | 140 | 1 | 1,0 | -38 | -21,5 |
| Com carteira | 71 | 55 | 56 | 0 | 0,5 | -15 | -21,4 |
| Sem carteira | 107 | 83 | 84 | 1 | 1,3 | -23 | -21,5 |
| Setor público | 366 | 388 | 402 | 13 | 3,4 | 35 | 9,7 |
| Com carteira | 48 | 44 | 55 | 12 | 27,3 | 8 | 16,1 |
| Militar e funcionário público estatutário | 270 | 299 | 293 | -6 | -2,0 | 23 | 8,4 |
| Sem carteira | 48 | 46 | 53 | 7 | 15,8 | 5 | 10,4 |
| Empregador | 205 | 193 | 188 | -4 | -2,3 | -17 | -8,4 |
| Com CNPJ | 190 | 181 | 175 | -6 | -3,6 | -15 | -8,0 |
| Sem CNPJ | 15 | 11 | 13 | 2 | 18,3 | -2 | -13,9 |
| Conta própria | 822 | 868 | 881 | 13 | 1,4 | 59 | 7,2 |
| Com CNPJ | 277 | 301 | 316 | 15 | 4,9 | 39 | 14,1 |
| Sem CNPJ | 545 | 567 | 565 | -2 | -0,4 | 20 | 3,7 |
| Trabalhador familiar auxiliar | 70 | 87 | 88 | 1 | 1,0 | 18 | 25,3 |

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Em termos relativos, entre o último trimestre de 2020 e o primeiro de 2021, a posição com a queda mais acentuada da ocupação ocorreu entre os empregadores, na ordem de -2,3% (sobretudo em razão do movimento na categoria com CNPJ, já que no caso do sem CNPJ houve inclusive aumento de contingente).

Inversamente, entre os ocupados na posição de conta própria, registrou-se um aumento de 1,4%, resultado do acréscimo de 13 mil pessoas nessa condição.

No setor privado somam 1,737 milhões de ocupados (dos quais 88% tem carteira assinada) e no trabalho doméstico 140 mil pessoas (dos quais 40% com carteira).

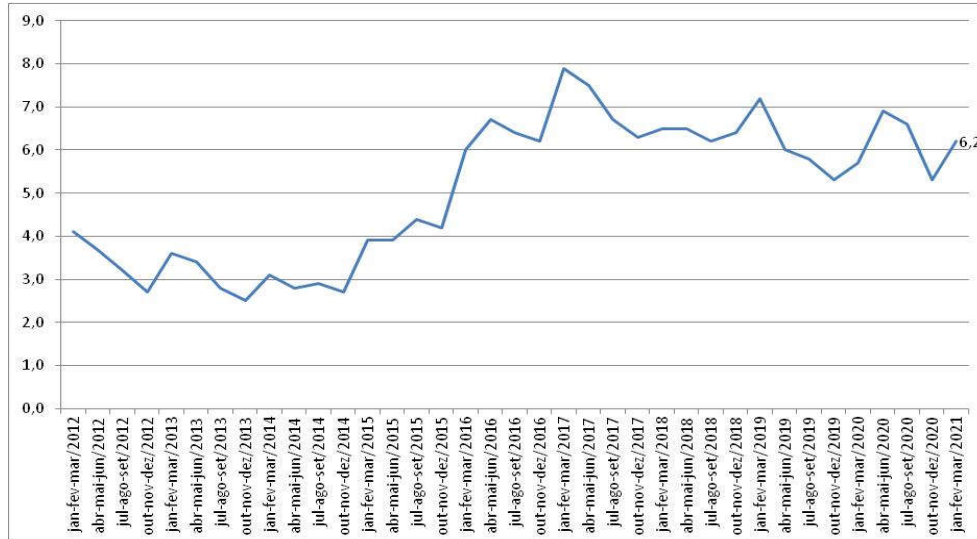


População desocupada: classificam-se como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência da pesquisa. Consideram-se também como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de 4 meses após o último dia da semana de referência.

Em Santa Catarina, de acordo com os dados da PNADC/IBGE, o número de desocupados chegou a 228 mil pessoas neste primeiro trimestre (jan./fev./mar. de 2021). Na comparação com o trimestre anterior, o aumento foi de 17% (resultado do ingresso de 33 mil pessoas nessa condição). Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a variação foi de 6% (consequência do aumento de 13 mil).

Com esse cenário, a taxa de desocupação (que mede a proporção de desocupados em relação ao total da população economicamente ativa) subiu de 5,3% (no último trimestre de 2020) para 6,2% (primeiro trimestre de 2021), portanto, diferença de 0,9 pontos percentuais. Na comparação com igual trimestre do ano anterior, a variação foi de 0,6 p.p. Mesmo com o aumento recente, Santa Catarina detém a menor taxa de desocupação entre as unidades da federação (no país, a taxa para o período foi estimada em 14,7%).

Gráfico 2: Taxa de desocupação na semana de referência (em %) por trimestre – SC, 2012-2021



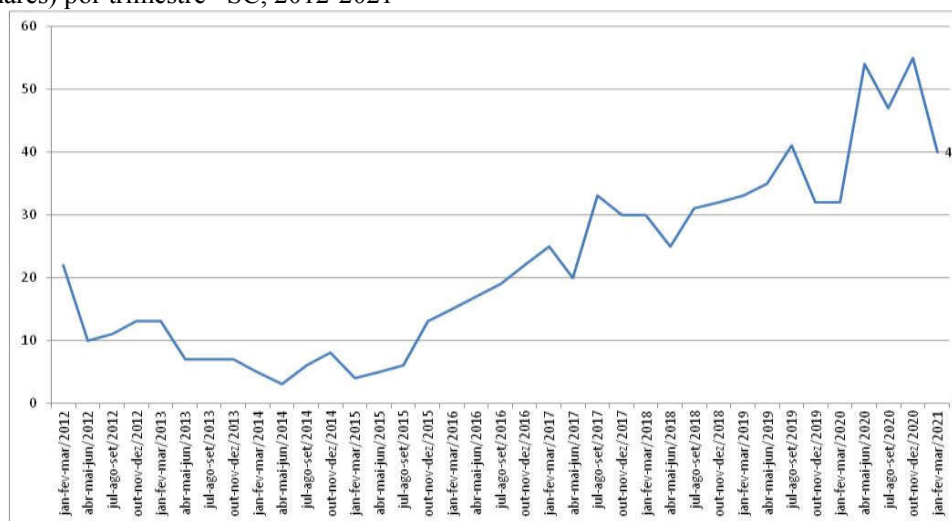
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

POPULAÇÃO DESALENTADA: definida pelo conjunto das pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho (porque não conseguia trabalho adequado, ou não tinha experiência ou qualificação, ou era considerada muito jovem ou idosa, ou não havia trabalho na localidade em que residia etc.), mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.



Também de acordo com a PNADC/IBGE, 40 mil pessoas encontravam-se em situação de desalento em Santa Catarina. Em relação ao trimestre anterior, houve uma redução expressiva de 28% (o equivalente a 15 mil pessoas saindo dessa condição). Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a variação foi de 23% (o equivalente a 7 mil pessoas, em números absolutos).

Gráfico 3: Pessoas de 14 anos ou mais de idade desalentadas, na semana de referência (em milhares) por trimestre– SC, 2012-2021



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

TAXA COMPOSTA DE SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: Considera a proporção de pessoas desocupadas, subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial (composta por pessoas em duas situações: (I); realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana (II) não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis na semana) sobre a quantidade de pessoas na força de trabalho ampliada (força de trabalho e força de trabalho potencial).

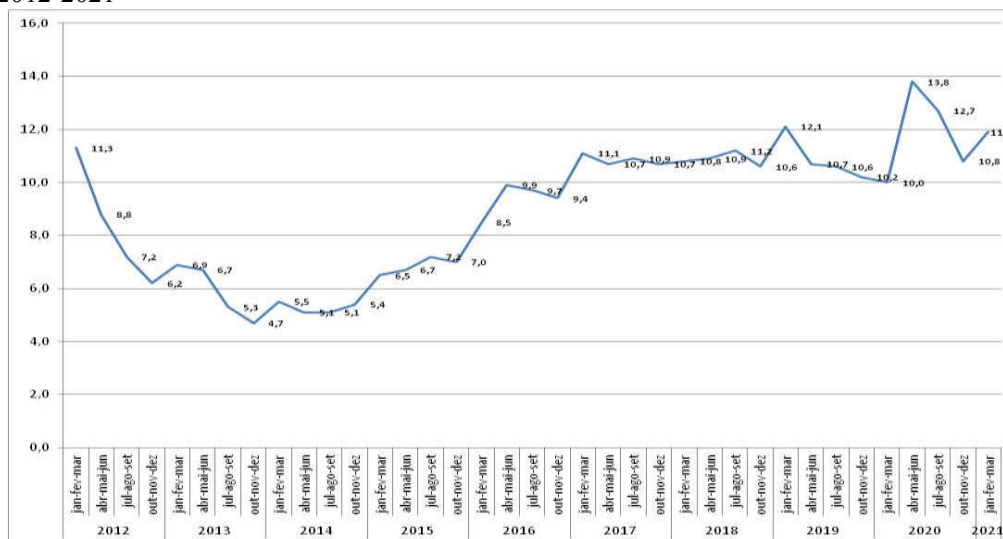
Segundo dados da última PNADC/IBGE, 11,9% da população que compõe a força de trabalho ampliada no período do 1º trimestre de 2021 encontrava-se subutilizada em Santa Catarina, conforme demonstrado no gráfico 5. Na comparação com o trimestre anterior, houve um aumento de 1,2 p.p., fazendo com que a atual taxa de subutilização da força de trabalho ainda se encontre em um elevado patamar tendo como base a série histórica. Para o mesmo trimestre de 2020, o aumento na taxa foi de 2 p.p. Apesar desse aumento, Santa Catarina apresenta a menor taxa de subutilização da força de trabalho na listagem estadual, significativamente abaixo da média brasileira de 29,7%.

Desagregando a taxa de subutilização da força de trabalho, a elevação do patamar no primeiro trimestre de 2021, frente ao anterior, foi verificado tanto para os desocupados (+33



mil), quanto para os subocupados (+23). Somente a força de trabalho potencial apresentou um recuo, devido à queda da população desalentada (-15 mil).

Gráfico 4: Taxa composta da subutilização da força de trabalho (em %), por trimestre – SC, 2012-2021



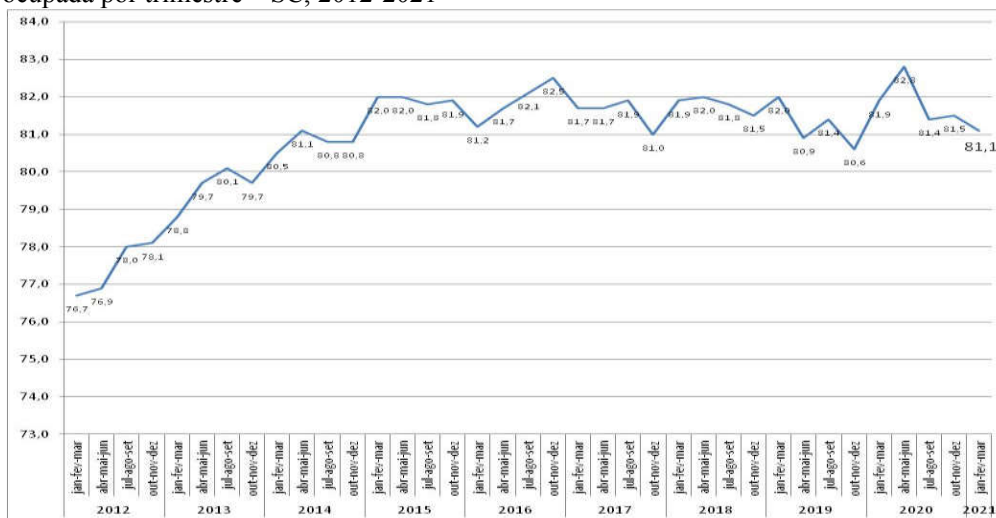
Fonte: PNAD Contínua/IBGE

TAXA DE FORMALIDADE: Percentual de pessoas contribuintes ao instituto de previdência dentro da população ocupada na semana de referência (em %)

Ao tomar o percentual de pessoas ocupadas que contribuíram para a previdência como indicador de formalidade, a taxa estadual foi de 81,1% no primeiro trimestre de 2021, conforme gráfico 6. Com esse resultado, Santa Catarina reduziu a participação de trabalhadores formais em -0,5 p.p. frente ao trimestre anterior. Apesar da redução, esse resultado consolida a liderança do Estado na listagem das unidades da federação com a maior incidência relativa de ocupados contribuintes para a previdência, bem acima da taxa brasileira, de 64,4%.



Gráfico 5: Percentual de pessoas contribuintes ao instituto de previdência na população ocupada por trimestre – SC, 2012-2021



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

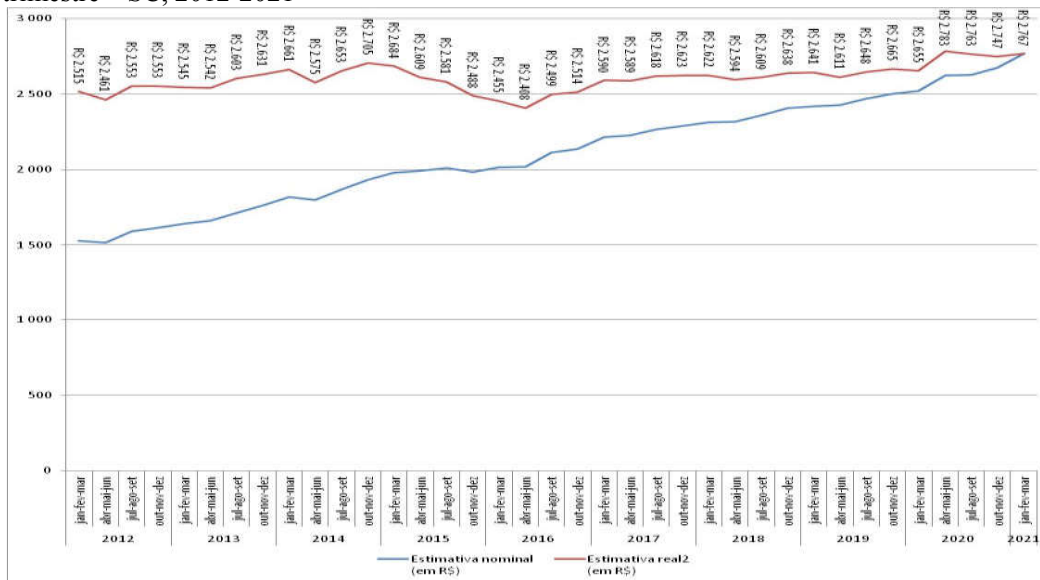
RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUALMENTE RECEBIDO NO TRABALHO PRINCIPAL: É o rendimento bruto real médio habitualmente recebido no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana de referência da pesquisa

No 1º trimestre do ano, o rendimento médio habitualmente recebido no trabalho principal equivaleu a R\$ 2.767, conforme gráfico 6. Em relação ao trimestre anterior, houve leve aumento no rendimento médio real de 0,7%, ou seja, houve um aumento do poder de compra do salário do trabalhador catarinense no último trimestre, em torno de R\$ 20. Na comparação com o primeiro trimestre de 2020, o aumento real do rendimento foi de 4,2% (o equivalente a R\$ 112, em termos absolutos). Frente às demais unidades da federação, Santa Catarina ocupa a quinta colocação na listagem dos maiores rendimentos. Em relação ao Brasil, o rendimento do trabalhador catarinense foi 12% maior no primeiro trimestre de 2021.

O aumento do rendimento deve ser visto com cautela, na conjuntura da pandemia. Em primeiro lugar, o aumento do patamar do rendimento médio com a deflagração da epidemia pode ser uma decorrência da maior eliminação de ocupações de menor rendimento, o que tendeu a elevar a renda média a partir do segundo trimestre de 2020. Em segundo lugar, há uma estabilização desse patamar desde então, sem uma tendência de elevação do rendimento, à medida que as novas ocupações foram geradas ao longo de 2020 e 2021.



Gráfico 6: Rendimento médio real e nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas com rendimento (em R\$) por trimestre – SC, 2012-2021



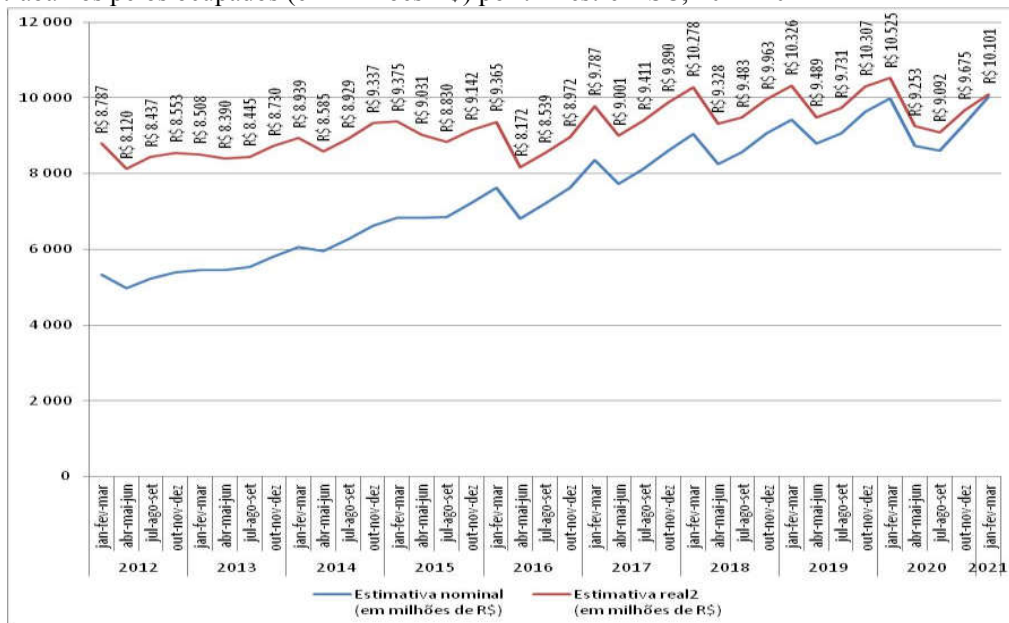
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. * Utiliza o deflator Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do mês do meio do último Trimestre de coleta divulgado.

MASSA DE RENDIMENTOS REAIS EFETIVAMENTE RECEBIDOS EM TODOS OS TRABALHOS PELOS OCUPADOS: É a soma dos rendimentos brutos efetivamente recebidos de todas as pessoas ocupadas em todos os trabalhos que tinham na semana de referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

O gráfico 7 destaca a massa de rendimentos reais no total do Estado no primeiro trimestre de 2021. Nesse período, o total de ocupados recebeu R\$ 10,1 bilhões. Frente ao resultado do trimestre anterior, houve um aumento real de 4,4%, variável importante que reflete diretamente os impactos da crise econômica e a retomada das atividades. De fato, apesar do aumento trimestral, com base na série histórica, a atual massa de rendimentos do trabalho se encontra ainda em um patamar abaixo da massa de rendimentos do primeiro trimestre de 2020, em torno de 4% menor.



Gráfico 7: Massa de rendimentos nominais e reais efetivamente recebidos em todos os trabalhos pelos ocupados (em milhões R\$) por trimestre – SC, 2012-2021



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. * Utiliza o deflator Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do mês do meio do último Trimestre de coleta divulgada.